

O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil

Cesar Sanson

Pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT).
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Resumo

A fraqueza do governo transformou-o em repressor dos movimentos sociais.

Abstract

Government weakness turned it into social movements' repressor.

Palavras-chave

Rio Grande do Sul, movimentos sociais, reforma agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Keywords

Rio Grande do Sul, social movements, agrarian reform, Movement of Rural Workers without Land.

O movimento social sempre cumpriu um papel civilizatório na sociedade brasileira. É ele quem impulsiona e provoca rupturas junto aos setores que concentram e se negam a distribuir riquezas. O golpe militar de 1964 no Brasil foi um golpe contra o movimento social. Uma reação à ascensão dos setores populares que lutavam pelas “reformas de base” e ameaçavam os privilégios da elite nacional associada ao capital transnacional.

Não é de hoje que o movimento social brasileiro é tratado como caso de polícia. A célebre afirmação de que “a questão social é uma questão de polícia” atribuída ao ex-presidente da República Velha, Washington Luís, permanece mais viva do que nunca. A direita brasileira demoniza os movimentos sociais. Acusa-o de violento, de baderneiro, de fora da lei. Pretende com isso assustar a sociedade, principalmente os setores da classe média, e ganhar o seu apoio. A direita assusta-se quando o povo sai às ruas e utilizando os meios de comunicação procura criminalizar os movimentos sociais e jogá-los contra a sociedade.

É o que está acontecendo nas últimas semanas¹ no sul do país. Uma articulação política, jurídica, econômica e militar promove uma ofensiva contra o movimento social da região. Essa ofensiva de tentativa de criminalização do movimento social não é isolada, acontece em outras regiões do país, mas nesse momento vem ganhando destaque no Estado do Rio Grande do Sul.

Os ataques ao movimento social no sul do país é uma resposta dos setores conservadores contra as lutas sociais que os movimentos vêm travando pela Reforma Agrária e contra grandes empresas transnacionais como Aracruz, Stora Enso, Syngenta, Monsanto e Bunge. O governo do Estado do Rio Grande do Sul é um governo de direita, corrupto e anti-ambiental. A governadora do Estado, Yeda Crusius, do PSDB, vem acumulando desgastes. Desde o início do seu mandato, a governadora atropelou todos os procedimentos legais para favorecer as empresas de celulose. O governo flexibilizou as exigências para liberação de plantio de eucalipto no Estado. Simultânea à briga com ambientalistas e movimentos sociais, gravações interceptadas pela Polícia Federal revelaram um forte esquema de corrupção no aparelho do Estado utilizando-se de empresas públicas.

As denúncias e os escândalos mergulharam o governo de Yeda no caos. Os movimentos sociais saíram às ruas pedindo o *impeachment* da governadora. Acusado de corrupção, o governo gaúcho, associando-se aos setores conservadores do Estado, o latifúndio e o agrogócio, elegeu como inimigo N^o 1 do seu governo o movimento social. Um governo ilegítimo e emparedado transformou-se em repressor. A governadora nomeou como comandante das forças policiais do Estado um conhecido inimigo dos movimentos sociais. Defensor da pena de morte e da reação a assaltos por parte dos cidadãos, o coronel e comandante Paulo Mendes é autor da máxima: “bandido tem que ir pro paredão mesmo”.

Articulado a esse processo de enfrentamento ao movimento social, o Conselho de promotores do Rio Grande do Sul, uma instância do judiciário do Estado, aprovou um relatório em que pede a dis-

solução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um dos promotores chegou a classificar o MST como “organização criminosa”.

Segundo o MST, trata-se da ofensiva jurídica mais dura da sua história. “Se retiramos o massacre de Eldorado do Carajás, esse é o fato mais marcante da história do movimento”, afirma Juvelino Strozake, advogado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para quem o relatório “é significativo por ser instância do Estado tentando limitar a organização popular. Só tivemos situações como essa, de proibir marchas, na ditadura”, afirma ele. No lugar do Ministério Público investigar os crimes que as empresas de celulose estão cometendo no Rio Grande do Sul persegue o MST. O pecado do MST é o de ser um movimento anti-capitalista e de esquerda. Algo não tolerado pela direita brasileira.

Movimentos sociais e governo Lula

A tentativa de desqualificação e criminalização do movimento social não se restringem ao Rio Grande do Sul. A estratégia dos setores conservadores ficou evidente ao longo da “Jornada Nacional de Lutas” puxada em todo o país pela Via Campesina e pela Assembléia Popular no mês de junho. O tom dado pela grande mídia foi de associar as iniciativas que tinham como foco o capital transnacional como ações de flagrante desrespeito a Lei. Os adjetivos utilizados foram “atrasados”, “invasores”, “violentos”.

Neste contexto, chama atenção a postura vacilante do governo Lula. Lula é a metassíntese do Brasil dos últimos 70 anos: um país moderno e conservador. A grande aposta foi a de que Lula no poder faria um governo sintonizado com o seu histórico de movimento social. Porém, o que se vê é a opção de Lula pela continuidade da modernização conservadora. Prevaleceu o Lula da lógica do desenvolvimentismo associado ao capital transnacional ajustado aos tempos da globalização, um governo que pratica o Pós-consenso de Washington, ou seja, junta o social com a ortodoxia econômica. Por um lado, mantém os fundamentos da disciplina fiscal e monetária e, por outro, políticas sociais de caráter compensatórias como o Bolsa-Família que resultam num apaziguamento da miséria.

O movimento social não transformou Lula em seu adversário político, mas as suas lutas são contra os rumos que o governo tomou e contra o que deixou de fazer. É nessa perspectiva que devem ser compreendidas as lutas sociais contra os grandes projetos encabeçados pelo governo, como as usinas hidrelétricas, a transposição do São Francisco e os temas dos transgênicos e do etanol.

Engana-se quem pensa que a criminalização dos movimentos sociais perdeu força no governo Lula. Pelo contrário, na medida em que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) optou por uma grande

coalizão que vai de setores da esquerda à direita, dissimulou os conflitos de classe e deu espaços para que os setores conservadores retomassem as suas velhas práticas de criminalizar as lutas sociais e as suas lideranças.

O ataque da direita às lutas sociais manifesta a força do movimento social brasileiro. Ao atingir os interesses dos setores privilegiados, questiona as profundas injustiças e a desigualdade e propõe medidas concretas para tornar o país melhor para todos e todas e não apenas para uma minoria. O caráter anti-capitalista e anti-imperialista do movimento social desperta a ira da direita. Ainda mais. É o movimento social que mantém aceso no país o debate político de um projeto de Nação, algo que os partidos deixaram para trás.

Nota

1 O artigo foi escrito fins de junho-princípios de julho.